



REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

ISSN: 2237-9843

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

Victor, Cilene; Sanches, Lilian; Delfim, Rodrigo Borges
Deslocamentos forçados no Oriente Médio e o ciclo de vida do refúgio
na Turquia e Líbano - da cobertura factual ao jornalismo humanitário
REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana,
vol. 29, núm. 63, 2021, Setembro-Dezembro, pp. 43-64
Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006304>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407069927004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

DESLOCAMENTOS FORÇADOS NO ORIENTE MÉDIO E O CICLO DE VIDA DO REFÚGIO NA TURQUIA E LÍBANO – DA COBERTURA FACTUAL AO JORNALISMO HUMANITÁRIO

Forced displacement in the Middle East and the refuge cycle in Turkey and Lebanon - from factual coverage to humanitarian journalism

Cilene Victor ^a
Lilian Sanches ^b
Rodrigo Borges Delfim ^c

Resumo. A migração forçada no Oriente Médio é uma das pautas mais subestimadas por grande parte da imprensa ocidental, ainda que suas estatísticas e impactos tenham refletido no aumento da população que demanda ajuda humanitária e dificultado a elas a garantia dos direitos humanos e civis. Com foco na temática do refúgio, especialmente na Turquia, país com o maior número de refugiados no mundo, e o Líbano, com a maior população de imigrantes per capita, o presente artigo tem o objetivo de identificar como o jornalismo humanitário pode se apresentar como uma alternativa à cobertura factual da editoria de internacional, garantindo uma atuação jornalística que acompanhe o ciclo de vida do refúgio, retire da opacidade a consequente violação de direitos humanos dos migrantes e refugiados e contribua para a formação de uma opinião pública capaz de cobrar políticas humanitárias. A metodologia compreende a análise quantitativa da cobertura de três grandes jornais brasileiros, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo.

Palavras-chave: migração forçada; Turquia e Líbano; jornalismo humanitário; jornalismo internacional; Oriente Médio.

Abstract. *Forced migration in the Middle East has been one of the most underestimated agendas by the Western mainstream media, although human mobility statistics in the region have risen significantly in recent years, also increasing the number of people demanding humanitarian assistance and hindering their human and civil rights guarantees. Focusing on refuge, especially*

^a Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). São Paulo, SP, Brasil. E-mail: cilenevictor@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4899-6287>.

^b Doutoranda do Programa de Psicologia Social da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP, Brasil. E-mail: liliansanchesr@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5646-394X>.

^c Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). São Paulo, SP, Brasil. E-mail: rodrigobdelfim@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7834-3877>.



in Turkey, the country with the largest number of refugees in the world, and Lebanon, the one with the highest rate of migrants per capita, this paper aims to identify how humanitarian journalism may be an alternative to the traditional factual coverage, assuring a journalistic practice able to follow the refugee's cycle, remove human violations of migrants and refugees from opacity and contribute to build a public opinion capable of pressuring for humanitarian policies. The methodology comprises a quantitative coverage analysis of the three most important Brazilian newspapers, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo.

Keywords: forced migration; Turkey and Lebanon; humanitarian journalism; international journalism; Middle East.

Introdução

Em uma década, o número de pessoas internamente deslocadas (IDPs) no Oriente Médio e Norte da África (MENA, na sigla em inglês) mais que triplicou, passando de 3,6 milhões em 2010 para 12,4 milhões em 2019, de acordo com o relatório *A decade of displacement in the Middle East and North Africa*, produzido pelo Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos (IDMC, 2021). O documento associa parte desse aumento de IDPs aos desdobramentos da Primavera Árabe, como os conflitos armados, as guerras e a violência generalizada, e à frequência e intensidade dos desastres, alguns deles associados às mudanças climáticas. Durante o evento online de lançamento do relatório, em fevereiro de 2021, representantes de agências humanitárias e autoridades de alguns países da região, como Iraque, Qatar, Irã e Iêmen, corroboraram as advertências presentes no documento acerca da gravidade da situação. Do Iêmen, país que enfrenta uma das piores crises humanitárias em todo o mundo, Jean-Nicolas Beuze, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), mencionou os impactos dos deslocamentos internos sobre os grupos expostos à situação de maior vulnerabilidade, como mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. Beuze chamou a atenção para a urgência de uma abordagem na perspectiva de gênero, ao citar que de cada quatro famílias internamente deslocadas, uma é chefiada por mulheres. Sobre os desastres, ele alertou que sem ações e programas de redução de riscos de desastres (RRD), qualquer perigo ou ameaça natural se transforma rapidamente em desastres, como os provocados pelas enchentes (Beuze, 2021).

Foco de discussão e investigação pelo IDMC, as lacunas de dados impedem a associação direta entre deslocamentos internos e refúgio, ou seja, se as pessoas internamente deslocadas, sobretudo por longos períodos, podem vir a cruzar as fronteiras de seus países. Em 2020, o número de refugiados e solicitantes de asilo chegou a 34,4 milhões, o dobro do registrado em 2000 (UNDESA, 2020a), sendo 68% procedentes de apenas cinco países, dois deles do Oriente Médio, Afeganistão e Síria (UNHCR, 2021). Em todo o mundo, a mobilidade humana além das fronteiras tende a ocorrer, majoritariamente, para os países vizinhos, como ocorre no Oriente

Médio. Vejamos o exemplo dos dois países que compõem o objeto de estudo deste artigo, Turquia, que abriga a maior população de refugiados em todo o mundo, em sua maioria sírios e iraquianos, e Líbano, país com o maior número de imigrantes e refugiados per capita (ONU, 2020).

Embora os deslocamentos internos e o refúgio prolongado tenham potencializado a violação generalizada de direitos humanos, resultando em uma das faces da crise humanitária, considerada pela ONU a maior desde o final da Segunda Guerra Mundial, a cobertura da imprensa tem sido desproporcional, materializando a metáfora *Suffering in Silence*, usada pela Care Internacional como título dos seus relatórios anuais sobre as crises humanitárias mais esquecidas pela imprensa (CARE, 2020).

Deve-se salientar, no entanto, que a questão migratória não é totalmente ignorada pela imprensa internacional, mas segue critérios de noticiabilidade que tendem a priorizar determinados acontecimentos, sobretudo os factuais, e regiões, como a Europa, onde os migrantes e refugiados, nas palavras de Bauman (2017), são tratados como “batatas quentes às injúrias do exílio”.

Atento ao papel social do jornalismo nesse campo, com foco no Oriente Médio, especificamente na Turquia e Líbano, o presente artigo tem o objetivo de identificar como o jornalismo humanitário pode se apresentar como uma alternativa à cobertura factual da editoria de internacional. O propósito seria garantir uma atuação jornalística capaz de acompanhar o ciclo de vida do refúgio, retirar da opacidade a consequente violação de direitos humanos dos migrantes e refugiados e contribuir para a formação de uma opinião pública lúcida e capaz de demandar políticas humanizadas (Victor, 2016), uma espécie de política para a humanidade (Morin, 2011).

O jornalismo factual corresponde à cobertura de um fato que acabou de acontecer, seja um discurso ou a adoção de um acordo internacional, um atentado, desastre ou uma tragédia que, por critérios de noticiabilidade, como vamos ver adiante, acaba virando notícia. E ainda que o fato não seja novo, mas sim desdobramento de outros acontecimentos, a cobertura não acompanha seu alargamento. Desta forma, o jornalismo factual não consegue conferir atenção a acontecimentos diferidos no tempo, como as migrações decorrentes de guerras, conflitos armados, desastres ou instabilidade econômica e política, demandando, assim, a prática do jornalismo humanitário – hipótese desta pesquisa.

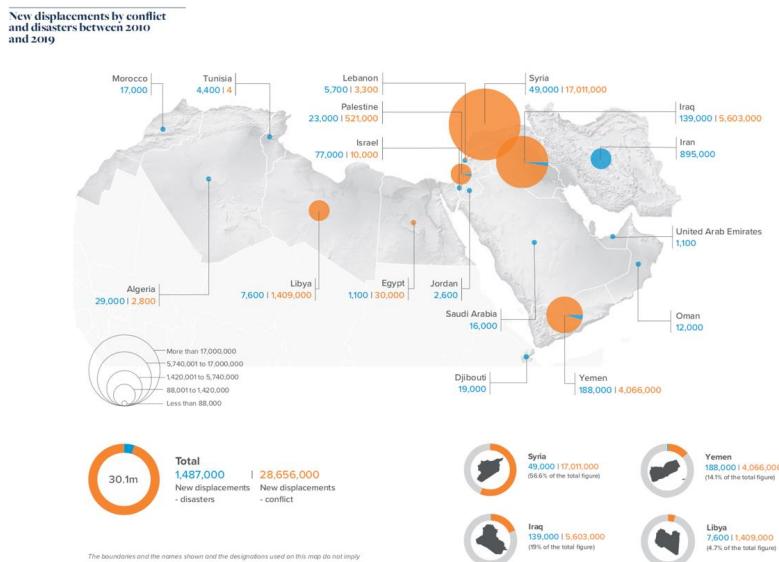
Amparado nas estatísticas e análises da migração forçada no Oriente Médio e com fundamentação teórica no campo do jornalismo humanitário, o artigo recorre à análise quantitativa da cobertura da questão migratória na Turquia e Líbano por três veículos brasileiros, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. O período de análise contempla 30 meses subsequentes, de janeiro de 2019 a junho de 2021, considerando, portanto, um período anterior ao início da pandemia da COVID-19. Essas datas coincidem com a primeira década após a Primavera Árabe e com os primeiros dez anos da guerra da Síria, em 2021.

Deslocamentos forçados no Oriente Médio

De acordo com dados do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR), da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA) e do Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC), até o final de 2020 o número total de pessoas deslocadas por conflitos, perseguição, violência, violação dos direitos humanos e outras ocorrências chegou a 82,4 milhões, dos quais 42%, ou 35 milhões, são crianças abaixo dos 18 anos. A agência da ONU estima ainda que, entre 2018 e 2020, cerca de um milhão de crianças nasceram como refugiadas (UNHCR, 2021).

Dos 82,4 milhões, 48 milhões são pessoas internamente deslocadas (IDPs), ou seja, aquela população que embora forçada a deixar suas casas, vilarejos, cidades continua dentro do território de seus países. Segundo o IDMC, nesse período, que marcou os 10 anos do começo da Primavera Árabe, o Oriente Médio e o Norte da África (MENA) registraram 2,1 milhões de novos deslocamentos internos por conflitos e 341 mil por desastres. Na região, o número acumulado de IDPs, até o final de 2019, chegou a 12,4 milhões, como decorrência de guerras e conflitos, o que corresponde a três vezes mais o número dos últimos dez anos. Aproximadamente metade, 6,3 milhões, é formada por crianças e mulheres (IDMC, 2021). O mapa apresentado a seguir, extraído do Relatório Uma Década de Deslocamento no Oriente Médio e Norte da África, lançado em 2021 pelo IDMC, traduz uma década de deslocamentos internos no MENA, tanto por desastres, quanto por conflitos e guerras.

Figura 1 - Deslocamentos internos no MENA de 2010 a 2019



Fonte: IDMC, 2021.

Em âmbito global, outra parcela dos 82,4 milhões, um total de 34,4 milhões, é formada por pessoas que ultrapassaram as fronteiras nacionais, sendo 26,4 milhões de refugiados; 4,1 milhões de solicitantes de refúgio e 3,9 milhões de venezuelanos além das fronteiras do seu país. No MENA, estima-se que o total acumulado dos que atravessaram as fronteiras chegue a 7,8 milhões até o final de 2019 (IDMC, 2020).

Considerando os refugiados sob o mandato do ACNUR e os venezuelanos, excetuando, portanto, os palestinos, grupo sob mandato da UNRWA, 68% desses refugiados eram procedentes de apenas cinco países, Síria (27%), Venezuela (16%), Afeganistão (11%), Sudão do Sul (9%) e Myanmar (5%). Abrigando uma população refugiada acima de 1,2 milhão estão cinco países, Turquia (3,7 milhões), Colômbia (1,7 milhão), Paquistão e Uganda (1,4 milhão cada um), e Alemanha (1,2 milhão). Do total de refugiados venezuelanos deslocados no exterior, 86% estão concentrados em países em desenvolvimento, destes, 73% em países vizinhos (UNHCR, 2021).

Entre 2000 e 2020, a Europa concentrou 30 milhões de migrantes, seguida pela região que contempla os países do Oriente Médio e Norte da África (MENA)¹, com 29 milhões, e a América do Norte, com 18 milhões. Observa-se, no entanto, como mostra o gráfico a seguir, que a região do MENA foi a que registrou a maior concentração de refugiados e solicitantes de refúgio, nove milhões no total (UNDESA, 2020b). Isso ilustra a discussão sobre o destino dos “migrantes voluntários” e aqueles que se veem diante da migração forçada, concentrada, na sua maioria, nos países em desenvolvimento, vizinhos de seu local de origem.

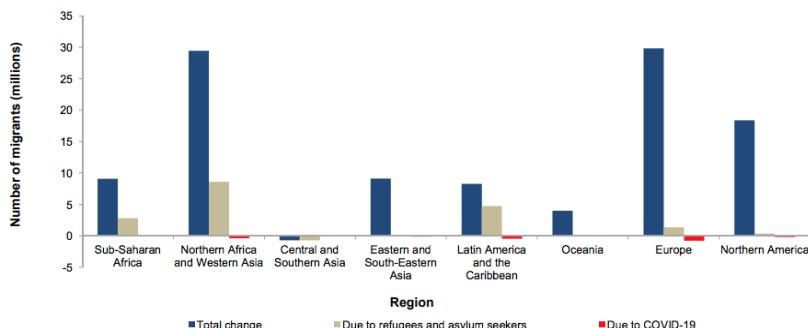
No Oriente Médio, a situação mais crítica, portanto, continua sendo dos sírios, uma vez que a guerra já se estende por uma década e a crise econômica, presente em países anfitriões, como o Líbano, foi potencializada pela pandemia da Covid-19. Segundo o relatório *Quarterly Mixed Migration Update*, do Mixed Migration Centre, referente ao segundo trimestre de 2020, esse cenário aumentou as demandas por ajuda e assistência humanitária, não apenas de sírios, mas também de outras nacionalidades e da própria população anfitriã da região, elevando com isso os riscos sobre os grupos mais vulneráveis, com destaque para o trabalho infantil, a violência de gênero e o casamento precoce (Horwood, Frouws, Forin, 2021). Nessa mesma direção, a IOM (2020) chama a atenção para o fenômeno do contrabando de migrantes pelas redes especializadas, que têm se tornado mais diversificadas e complexas, a fim de driblar as autoridades. E à medida que os conflitos se proliferam e se prologam, como no caso da Síria, menor a chance de o refugiado voltar para o seu país e, portanto, mais expostos passam a ficar diante

¹ A leitura desses dados deve ser cuidadosa, uma vez que o documento de referência usa a nomenclatura Western Asia, o que pode contemplar outros países além dos que formam a região que chamamos de Oriente Médio, como a Armênia, Geórgia e Azerbaijão. Deve-se salientar, no entanto, que a relevância do levantamento justifica o seu uso para ilustrar parte da realidade da região objeto deste estudo.

dessa rede de contrabando (IOM, 2020). Para sair da região, impactada com um fluxo migratório desproporcional, os refugiados buscam as rotas do Mediterrâneo para alcançar a Europa em busca de melhores condições de vida.

Gráfico 1 - migrantes internacionais - 2000 a 2020

Change in the number of international migrants, by region of destination, 2000 to 2020



Fonte: UNDESA, 2020b.

Há décadas abrigando refugiados palestinos, o Líbano também se viu diante do desafio de acolher os refugiados sírios, boa parte vivendo há dez anos em campos improvisados e precários espalhados pelo país. A mesma situação é vivida por eles na Turquia, embora poucos estejam em campos de refúgio porque a maioria está mais integrada nas cidades. Aos dramas sociais, econômicos e políticos enfrentados pela população libanesa e turca, somam-se os desastres e outras tragédias. O Líbano, em janeiro de 2019, foi atingido pela tempestade Norma, cujo impacto fragilizou ainda mais a situação de 11 mil refugiados sírios. Em agosto de 2020, a explosão no porto de Beirute matou 34 refugiados, segundo o Acnur (UNHCR, 2020). Em 10 anos de refúgio na Turquia, os refugiados sírios se viram diante de atentados terroristas, como o de junho de 2016, no aeroporto de Istambul, uma tentativa de golpe, em julho do mesmo ano, e os terremotos que têm acometido o país, como o de janeiro de 2020. Somado a isso, a política internacional do presidente Recep Tayyip Erdogan, especialmente com os governos dos países membros da União Europeia, tem feito da Turquia uma geradora de refugiados, prática que sofreu um recuo em decorrência da pandemia. Em 2020, 10.257 migrantes alcançaram os territórios da UE via fronteira turca, contra 19.812 em 2019 (Sanderson, 2020).

Organizações humanitárias internacionais têm chamado a atenção para a situação dos refugiados em países fragilizados política e economicamente que, como vimos, aumentam os riscos e as ameaças aos migrantes. A Union of Relief & Development Associations (URDA), uma das mais importantes agências humanitárias no Líbano, responsável pela coordenação de alguns campos de

refugiados palestinos, tem feito vários apelos e alertas. Para isso, a URDA tem usado tanto as mídias sociais quanto os seus relatórios sobre os impactos da situação econômica do país e a urgência de assistência aos refugiados, os mais atingidos nesse cenário.

A estatística da migração forçada no Oriente Médio e as denúncias de violação dos direitos humanos não garantem a presença desse tema em parte significativa da imprensa ocidental, como veremos adiante na análise quantitativa de três jornais brasileiros. Mesmo que a estatística seja vultosa o suficiente para acelerar o estrangulamento da estrutura social, econômica e política dos países anfitriões, isso não garante espaço na imprensa. E ainda que essa realidade potencialize a violência, o preconceito e a pressão sobre os refugiados, como no caso do Líbano e da Turquia, ela segue opaca na mídia. Observa-se a mesma dinâmica nas publicações científicas nesse campo. Uma análise de 100 artigos publicados a partir de 2016 no periódico científico International Migration Review (IMR), voltado ao estudo interdisciplinar da migração internacional, identificou que aproximadamente 80% deles focavam na América do Norte ou na Europa Ocidental, com um percentual bem menor sobre a Ásia, com 10%, e ainda mais escasso em relação à América Latina, Oriente Médio e África (OIM, 2020).

O valor-notícia do Oriente Médio

Um fenômeno que acompanha e ao mesmo tempo se confunde com o próprio desenvolvimento do jornalismo é a definição do que estudiosos da área passaram a chamar de “valor-notícia” e “critérios de noticiabilidade”. Para determinar que fatos alcançariam visibilidade em meio à abundância de acontecimentos, ou seja, se tornariam notícia, jornalistas e veículos de comunicação estabeleceram alguns atributos a esses fatos, o que conhecemos como “valor-notícia”. Segundo Victor e Sanches (2020, p. 232), no contexto deste artigo, “significa dizer que as guerras, os conflitos e desastres, com seus desdobramentos e impactos na vida de milhões de pessoas em todo o mundo, concorrem com diversos outros acontecimentos”. Em poucas palavras, a cobertura jornalística das guerras e outras tragédias, principalmente quando elas se estendem no tempo, concorre com outras pautas, como o lançamento de um novo filme ou série de TV, um discurso, uma nova lei ou um escândalo político, local ou internacional, um campeonato de futebol, entre outras pautas.

Como os fatos não existem isoladamente e, portanto, alguns elementos e circunstâncias devem ser observadas, foram estabelecidos “critérios de noticiabilidade”. Nelson Traquina, um dos mais importantes teóricos do jornalismo, conceitua esse termo como o “conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento ou assunto é suscetível de receber tratamento jornalístico e transformar-se em matéria noticiável” (Traquina, 2005, p. 63). No final da década de 1970, Golding e Elliot (apud Wolf, 2003, p. 203) definiram os valores-notícia

como “a qualidade dos eventos ou da sua construção jornalística, cuja ausência ou presença relativa os indica para a inclusão num produto informativo. Quanto mais um acontecimento exibe essas qualidades, maiores são suas chances de ser incluídos”.

Deve-se ponderar que os valores-notícia não constituem um consenso entre os teóricos do jornalismo – assim como ocorre, inclusive, quanto às agendas e aos padrões distintos que são adotados pelos veículos jornalísticos. No entanto, pode-se tomar como princípio a definição feita por Traquina a respeito dos jornalistas como “participantes ativos na definição e construção de notícias e, por consequência, na construção da realidade” (Traquina, 2008, p. 58), o que ele chamou de “tribo jornalística”.

Nesse sentido, vale resgatar o conceito de “comunidade interpretativa”, cunhado em 1993 pela pesquisadora Barbie Zelizer (2000), para quem a coesão do trabalho dos jornalistas pode ser traduzida como uma cultura comum, um traço inerente ao exercício profissional da imprensa. Traquina compartilha da ideia de Zelizer de que os jornalistas são “um grupo reunido por interpretações partilhadas da realidade” (Zelizer, 2000, p. 38). É essa cultura profissional, adquirida e desenvolvida no ambiente das redações, segundo Zelizer (2000), que vai determinar a maneira como os acontecimentos serão apreciados. Essa padronização na maneira de apreender os fatos e a partir daí definir quais serão notícias e como serão abordados, pode ajudar a explicar por que alguns acontecimentos, como a migração no Oriente Médio, não têm alcançado visibilidade à altura da sua gravidade e complexidade, como veremos mais adiante.

Nessa linha, em teoria, o jornalismo internacional tem como objetivo levar entendimento ao público sobre acontecimentos externos ao seu cotidiano nacional (Traquina, 2005). No entanto, os critérios de noticiabilidade adotados pela imprensa nacional, tendo como referência os três veículos da análise, têm relegado o Oriente Médio a uma situação marginal e distante, com exceção da cobertura de conflitos – uma visão que ficará mais clara na análise quantitativa e qualitativa da atuação jornalística na região.

Em pesquisa realizada com correspondentes internacionais, Agnez (2017) apontou traços da cobertura e da estrutura dispensadas pela imprensa brasileira que ajudam a entender o porquê desse distanciamento. Desde a década de 1990, nota-se um enxugamento progressivo dos quadros de correspondentes no exterior, fruto da crise financeira vivida pelos meios de comunicação. Apesar de um potencial olhar diferenciado para uma cobertura que esse profissional possa trazer, e que ainda persiste em casos pontuais, o noticiário internacional em grande parte da imprensa brasileira tem sido ocupado majoritariamente pelo conteúdo produzido pelas grandes agências de notícias – como Reuters, EFE, France Presse e Associated Press –, todas elas baseadas em países da Europa Ocidental ou nos Estados Unidos.

Coberturas de grande repercussão internacional ainda demandam o emprego dos chamados enviados especiais, como uma forma de diferenciar a cobertura do material que os veículos recebem das agências de notícias, mas sempre por períodos curtos e cada vez menos frequente. Com a cobertura internacional cada vez mais complexa e desafiadora, o papel do correspondente hoje é tão ou ainda mais essencial do que foi no passado, diante do alto volume de informações, quase sempre caóticas, que estão disponíveis na internet – o que resgata a reflexão feita por Traquina sobre o jornalismo internacional (Traquina, 2005).

Ainda conforme Agnez, o domínio desse mercado internacional de notícias por grandes agências europeias e estadunidenses contribui para um fluxo desigual de informações entre as regiões onde estão baseadas essas organizações e o restante do mundo, bem como para o enfoque que terão as notícias a serem disseminadas (Agnez, 2017). Ao longo da história recente, essa constatação foi alvo de inquietações e críticas, como as que levaram à constituição da Comissão Internacional para Estudos dos Problemas da Comunicação, presidida por Sean MacBride, ganhador do Nobel da Paz e fundador da Anistia Internacional. O resultado final do trabalho da comissão, formada por 16 representantes de todos os continentes, foi o lançamento, em 1980, do Relatório *Um mundo e Muitas Vozes*, conhecido como *Relatório MacBride*, em alusão ao seu relator. Entre várias constatações, observou-se que o “fluxo de informações se dava de forma ordenada e concentrada nos sentidos Norte/Sul e Oeste/Leste – explicitando a divisão do mundo em termos de pobreza e ideologia” (Mattelart, 2001). Outro achado foi a hegemonia de quatro agências de notícias, AFP, Reuters, AP e UPI, o que comprometia o princípio do livre fluxo de informação e repetia as mesmas narrativas dos países ricos sobre a realidade das nações pobres e em desenvolvimento.

Os três principais jornais brasileiros, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, têm sua agenda pautada pelas agências de notícias² historicamente “denunciadas” como responsáveis por invisibilizar algumas pautas e regiões, como a migração no Oriente Médio. Quando o termo “Oriente Médio” aparece, em geral, está associado a algum evento relacionado ao Brasil – seja se referindo a descendentes de imigrantes de países dessa região que vivem no país hoje, seja de produções artísticas ou, majoritariamente, os conflitos – neste caso, reproduções das agências de notícias.

Essa característica da cobertura brasileira é explicada por Agnez (2017) a partir das impressões colhidas com os correspondentes, que enfatizaram a necessidade de “dar um olhar brasileiro” para as pautas internacionais, de forma a tornarem estas mais atrativas para o editor do veículo e para o público leitor.

² Ver Relatório MacBride, também conhecido como “Um Mundo e Muitas Vozes” (UNESCO, 1980).

Por outro lado, não se pode ignorar que o tratamento dispensado pela imprensa cria um círculo vicioso que alimenta tanto a presença diminuta de reportagens sobre deslocamentos humanos no Oriente Médio, quanto um olhar pouco sensível do público médio brasileiro a respeito da região.

Análise da cobertura da migração no Oriente Médio – Turquia e Líbano

A fim de fundamentar e exemplificar a discussão teórica conduzida até aqui, o presente artigo se propõe a apresentar os resultados quantitativos preliminares de um estudo abrangente em andamento, associado ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa dos autores – mestrado, doutorado e docência –, que tem como ponto de contato a questão migratória e a representação midiática da temática. Por meio dos recursos de data scraping (raspagem de dados) e data mining (mineração de dados), o enfoque foi dado ao emprego de termos referentes à migração, refúgio e deslocamentos forçados no Líbano, Turquia e Oriente Médio. Para a raspagem de dados, foi utilizado o serviço digital para a clipagem de veículos de mídia, oferecido pelo grupo Comunique-se, que permite filtrar os veículos, o período e as palavras-chave. Na sequência, foi realizado o trabalho de mineração de dados, que consiste em uma outra filtragem. Nessa etapa, foi usado o software R Studio para cruzar as palavras-chave e o contexto do objeto do estudo. Após esses procedimentos de inteligência artificial, foi realizada a leitura das matérias filtradas. O período de abrangência foi de três anos e contemplou para análise as versões online dos jornais brasileiros Folha de S. Paulo (Folha), O Estado de S. Paulo (Estadão) e O Globo, conforme detalha o quadro a seguir.

Tabela 1 – Veículos, período e categorias de análise

Veículos		Período de análise
Folha de S. Paulo O Estado de S. Paulo O Globo		Janeiro de 2019 a Junho de 2021
Categorias/palavras-chave de pesquisa		
Categoria Turquia	Categoria Líbano	Categoria Oriente Médio
Turquia e migração Turquia e refúgio Turquia e refugiados Turquia e imigrantes Turquia e migrantes Turquia e deslocamentos forçados	Líbano e migração Líbano e refúgio Líbano e refugiados Líbano e imigrantes Líbano e migrantes Líbano e deslocamentos forçados	Oriente Médio e migração Oriente Médio e refúgio Oriente Médio e refugiados Oriente Médio e imigrantes Oriente Médio e migrantes Oriente Médio e deslocamentos forçados

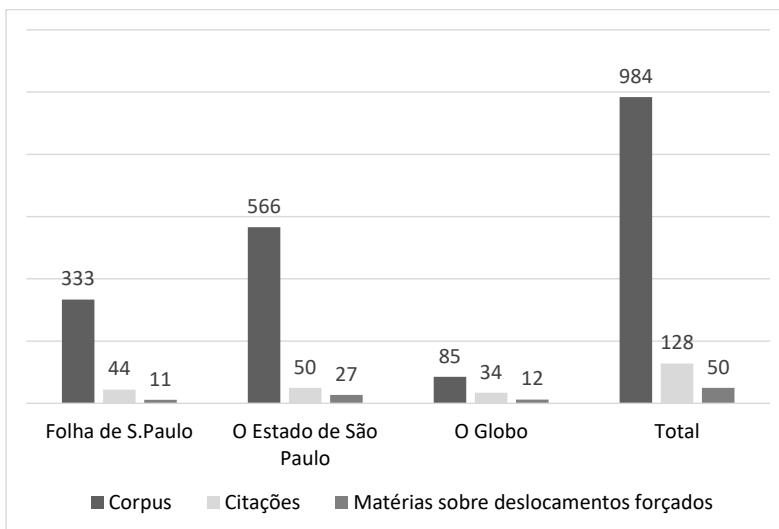
Fonte: Elaborado pelos autores.

O período de análise contempla 30 meses subsequentes, de janeiro de 2019 a junho de 2021, a observar o período anterior a março de 2020 como prévio à

pandemia de COVID-19. Os dados foram levantados na clipagem e minerados com a linguagem de programação R Studio, como mencionado, e revisados minuciosamente de forma manual, visando reduzir erros comuns à automatização do processo.

Ao todo, a pesquisa levantou 1.905 matérias nos três veículos analisados, sendo 521 na Folha, 1.165 no Estadão e 219 no O Globo. No entanto, após a eliminação de publicações repetidas, coletada por meio de palavras-chave distintas, o total do corpus³ a ser analisado caiu para 984, o que revelou uma sobreposição residual de 48%. A partir dessa triagem, as matérias foram examinadas, tendo como critério excluente o conteúdo abordado, observando a relação travada com o tema de interesse deste trabalho de forma direta, indireta ou nula. O gráfico seguinte expõe os resultados encontrados.

Gráfico 2 – Número absoluto de matérias válidas por veículo jornalístico



Fonte: Elaborado pelos autores.

No corpus total de análise ($n=984$), apenas 5% das matérias ($n=50$), de fato, exploravam como tema central o deslocamento forçado no Oriente Médio e/ou a situação de migrantes e/ou refugiados na região. O Globo foi o veículo com maior percentual de publicações que abordam diretamente o tema, chegando a 14%, representados pelo equivalente absoluto de 12 matérias. O resultado percentual mais expressivo, no entanto, pode ser explicado pelo montante que compõe o corpus do veículo ($n=85$), notadamente mais enxuto se comparado aos dois outros veículos analisados; em comparação ao corpus do Estadão ($n=566$), a

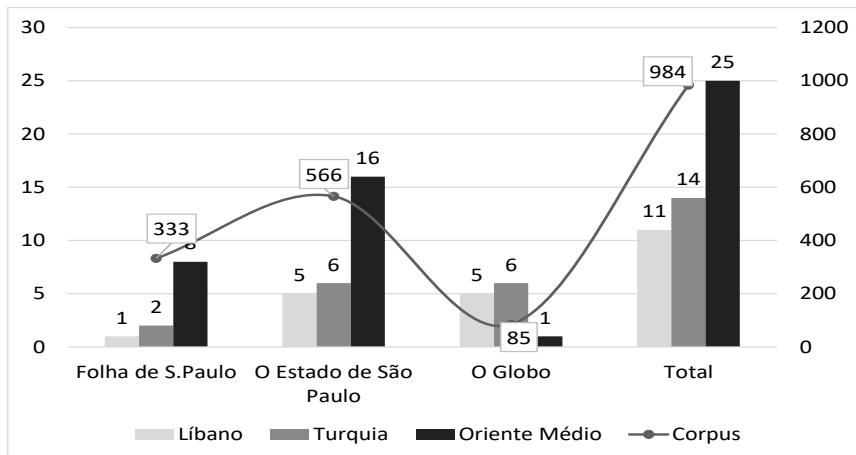
³ Número de matérias total contabilizadas para análise.

quantidade de matérias publicadas pelo O Globo representa apenas 15% do total. Com número absoluto próximo do O Globo, a Folha (n=11), contudo, obteve o menor índice de matérias diretas sobre os deslocamentos forçados, com 3% de representatividade, ligeiramente atrás do Estadão, com 4%.

Após a etapa de levantamento dos dados, os autores identificaram um conjunto significativo de matérias que, apesar de conter os termos de pesquisa em um contexto adequado, apenas citavam a questão dos deslocamentos e a situação dos deslocados, sem fazer deste o foco do conteúdo apresentado aos leitores. Como ilustra o gráfico 2, para fins metodológicos práticos, essas matérias foram agrupadas na categoria “Citações”, que reúne publicações sobre a política externa dos Estados Unidos; impactos dos deslocamentos originários do Oriente Médio na Europa, incluindo a cobertura sobre o tensionamento das relações entre Grécia e Turquia no período; ameaças do presidente turco Recep Erdogan à Síria; discursos do Papa Francisco e da chanceler alemã Angela Merkel, entre outras coberturas que citam a temática em contexto adequado, porém de forma *indireta*. A diferença residual em comparação ao corpus total constitui matérias examinadas que foram consideradas como tendo relação *nula* com o objeto de estudo deste artigo. Isso se deu por não associarem os termos de pesquisa ao contexto adequado; muitas destas, apenas para exemplificar, abordavam a novela brasileira Órfãos da Terra.

A partir de então, a categorização de matérias por localidade – Líbano, Turquia e Oriente Médio – foi realizada dentre as publicações que tinham apenas relação direta com a temática de pesquisa deste artigo. A considerar o corpus deste estudo (n=984), a macrolocalidade compreendida pela palavra-chave Oriente Médio foi a mais coberta pelos veículos analisados em comparação aos dois países isolados, com 25 matérias, representando 2,5% da totalidade; em segundo lugar, a Turquia aparece com 1,4% das matérias, enquanto o Líbano contou com 1,1%. Novamente, O Globo teve as maiores médias percentuais de matérias, a serem explicadas pelo número total absoluto reduzido, conforme ilustra o gráfico 3. O jornal destoa dos demais veículos examinados por concentrar maior número de matérias (7%) sobre a Turquia, seguido pelo Líbano (5,8%) e somente 1,1% sobre o Oriente Médio. Em contrapartida, ditando a média geral do corpus, Folha e o Estadão contam com matérias distribuídas na seguinte ordem crescente de representatividade: Líbano, Turquia e Oriente Médio.

Gráfico 3 – Número absoluto⁴ de matérias sobre deslocamentos forçados por região geográfica



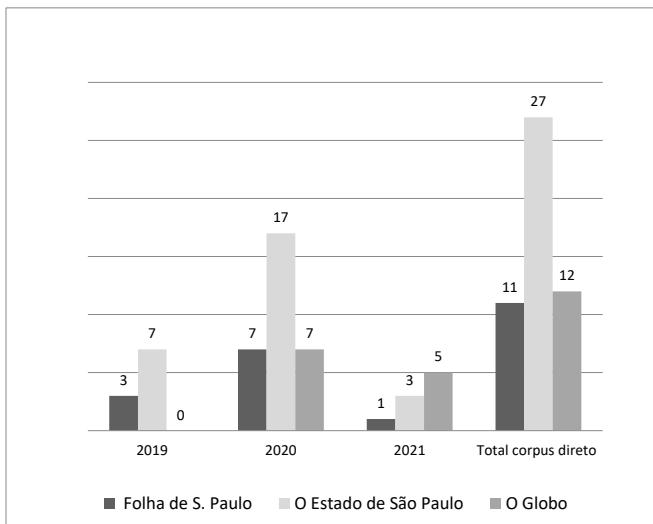
Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentro deste recorte, outro parâmetro de interesse aplicado por esta pesquisa se refere à distribuição da cobertura pelo intervalo temporal composto pelos anos de 2019 e 2020, além dos primeiros seis meses de 2021 (gráfico 4). Das 50 matérias que abordaram o tema de forma direta, 62% delas foram publicadas em 2020, representadas pelo montante absoluto de 31 publicações, enquanto 2019 concentra 20% ($n=10$) e o ano vigente de 2021 reúne 18% ($n=9$). Os achados sugerem que o início e o agravamento da pandemia de COVID-19 influenciaram o número de matérias publicadas sobre a situação dos deslocados forçados no Oriente Médio. Os autores registram aqui a necessidade e intenção de conduzir um estudo de ordem qualitativa a fim de avaliar de que forma a cobertura foi impactada e entender as variáveis envolvidas no processo.

A tendência no aumento do volume de matérias pós-pandemia se confirma ao observar os dados de 2021. Vale ressaltar que o período contemplado pela análise se refere apenas aos seis primeiros meses do ano, o que indica que o número total anual deve superar os resultados de 2019. Soma-se a essa tendência os recentes acontecimentos no Afeganistão, com a retirada da ocupação estadunidense e imediata ascensão do Talibã ao poder no país asiático, com desdobramentos que implicarão em toda a região, exacerbando a questão migratória global, que deve passar a receber mais atenção midiática.

⁴ Percentuais expostos de forma detalhada na tabela 3, disposta no final desta seção.

Gráfico 4 – Número de matérias diretas por veículo jornalístico e ano



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os achados reforçam a hipótese de que a cobertura sobre a questão migratória tende a girar em torno de eventos factuais, como a pandemia, além de focar nos impactos causados aos países do eixo Norte/Oeste. Esse ponto é exemplificado nesse levantamento, com base nas matérias de citação indireta, que se baseiam majoritariamente em declarações de fontes oficiais e embates político diplomáticos. Como demonstrado pelos dados quantitativos aqui expostos, apesar do grande volume de matérias com menções aos termos referentes aos deslocamentos forçados que ocorrem no Oriente Médio, um número ínfimo ilustrado pelo percentual de 5%, de fato, aborda os acontecimentos da região e a situação das pessoas envolvidas.

A cobertura factual, amparada principalmente em critérios de noticiabilidade historicamente adotados por grande parte da imprensa ocidental, a exemplo dos três veículos analisados na pesquisa, tende a ser ainda mais breve em relação aos acontecimentos no Oriente Médio. Como vimos nesta análise quantitativa, isso se deve, em parte, ao fato de não haver correspondentes dos veículos brasileiros naquela região, nem enviados internacionais com a frequência e a continuidade necessárias para o entendimento da questão migratória local. Outra explicação é o próprio perfil do jornalismo factual, que não consegue acompanhar os acontecimentos que se prolongam no tempo, como a migração no Oriente Médio. É como se a imprensa brasileira, com base nos veículos analisados, não encontrasse critérios de noticiabilidade para manter esse assunto em pauta.

Esses números mostram que embora a primeira filtragem tenha trazido um volume elevado de matérias mencionando a migração no Oriente Médio, o objeto em si não tinha relação com a essência da questão migratória e os seus principais

atores, sobretudo os migrantes e refugiados. A predominância do trabalho das agências de notícias, concentradas nos países do Norte Global, ajuda a entender a ocorrência de muitas matérias falando sobre a migração no Oriente Médio, mas na perspectiva dos líderes europeus ou do governo dos Estados Unidos. Significa dizer que as agências cobriram a fala desses líderes políticos, seus pronunciamentos, preocupações, alertas em relação à migração naquela região e não a questão migratória em si, como os riscos de novos deslocamentos, as causas, suas raízes, o sofrimento prolongado e, portanto, a violação dos direitos humanos e civis de migrantes e refugiados.

Ao observarmos a cobertura jornalística dos três veículos, é possível identificar de que forma o processo noticioso tem sido sistematizado a fim de contribuir para a manutenção de uma subrepresentatividade midiática do tema, explorado de acordo com a lógica dominante: um líder europeu fala sobre a migração no Oriente Médio, por exemplo. A ausência de polifonia devida e aliada ao desproporcional enfoque dado aos desdobramentos da questão migratória pode ser apontada como principais mecanismos de reforço e homogeneidade do discurso midiático com efeitos deletérios para a construção da opinião pública.

Tabela 2 – Detalhamento

	Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo	O Globo	Total corpus
Total de matérias	333	566	85	984
Matérias que citam o tema indiretamente	44	50	34	128
Matérias sobre deslocamentos forçados	11	27	12	50
% de matérias sobre deslocamentos forçados	3%	4%	14%	5%

Matérias sobre deslocamentos forçados por localidade

Líbano	1	0,3%	5	0,8%	5	5,8%	11	1,1%
Turquia	2	0,6%	6	1,0%	6	7,0%	14	1,4%
Oriente Médio	8	2,4%	16	2,8%	1	1,1%	25	2,5%

Matérias sobre deslocamentos forçados por localidade por período

	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Líbano	0	1	0	1	2	2	0	5	0	1	8	2
Turquia	1	1	0	4	2	0	0	2	4	5	5	4
Oriente Médio	2	5	1	2	13	1	0	0	1	4	18	3
Total	3	7	1	7	17	3	0	7	5	10	31	9

Fonte: Elaborado pelos autores.

O jornalismo humanitário como proposta

Na perspectiva dos valores-notícia, o Oriente Médio tem sido histórica e culturalmente associado a conflitos e guerras. Observa-se, no entanto, que ainda que as principais causas das crises humanitárias sejam os conflitos, com efeitos diversos sobre as populações, sobretudo as expostas às situações de maior vulnerabilidade, a cobertura jornalística não tem conseguido acompanhar o ciclo dessas ocorrências. E se o jornalismo não estiver atento ao alargamento desses fatos, a violação generalizada dos direitos humanos dos afetados, tendo a questão migratória como referência, seguirá o seu curso.

Os resultados da análise quantitativa dão pistas importantes do que pode explicar a impossibilidade do jornalismo de acompanhar os desdobramentos da migração. Essas pistas contemplam o perfil da cobertura factual, a ausência de correspondentes ou enviados internacionais dos veículos brasileiros, a predominância das agências de notícias e a sobreposição dos discursos e olhares dos agentes do Norte Global, como os líderes de seus governos.

As migrações forçadas, sejam os deslocamentos internos ou os que ultrapassam as fronteiras nacionais, quando se configura a busca de proteção internacional expressa pelo refúgio, estão entre as principais consequências dos conflitos armados e das guerras. Quanto mais diferidas no tempo, mais as migrações vão desenhando as faces das crises humanitárias, como ocorre com os palestinos, sírios e iraquianos, apenas para mencionar as nacionalidades da maioria dos refugiados na Turquia e Líbano. E quanto mais se prolongam, menores as chances de visibilidade na imprensa, como observado nas palavras de Bauman (2017, p. 8):

Crianças afogadas, muros apressadamente erguidos, cercas de arame farpado, campos de concentração superlotados e competindo entre si para acrescentar o insulto de tratarem os migrantes como batadas quentes às injúrias do exílio, de escapar por pouco dos perigos enervantes da viagem rumo à segurança – todas essas ofensas morais cada vez são menos notícia e aparecem com menor frequência ‘no noticiário’. Infelizmente, o destino dos choques é transformar-se na rotina tediosa da normalidade.

A análise não só evidenciou uma cobertura factual que contribui para essa invisibilidade ou normalidade mencionada por Bauman, como acentuou a urgência de um debate sobre os impactos de um jornalismo que depende majoritariamente do trabalho das agências de notícias do Norte Global. E essas agências, por sua vez, tendem a cobrir a migração no Oriente Médio na perspectiva dos interesses dos seus países-sede.

Nesse sentido, faz-se necessário um jornalismo que olhe não apenas para o conflito em si ou para os discursos dos líderes dos países ocidentais, como se fossem responsáveis pela curatela do Oriente Médio, o que contribui para a sub-representação daquela região. É necessário observar as emergências e situações de risco geradas pelos conflitos, de forma a conferir entendimento e

consciência sobre esses acontecimentos. É com o desafio de exercer esse papel social, ou melhor, de devolver ao jornalismo o compromisso de ser guardião dos direitos humanos e civis que o jornalismo humanitário é apresentado neste estudo.

Martin Scott, pioneiro nos estudos do jornalismo humanitário, juntamente com Mel Bunce e Kate Wright, sustenta o jornalismo humanitário sob três parâmetros básicos: aquele que “cobre crises humanitárias e seus atores; as notícias que adotam ética humanitária; e notícias como práticas humanitárias” (Scott, 2017, p. 72). Dessa forma, como pontuado por Victor e Sanches (2020), o pesquisador afasta o jornalismo humanitário de autores que definem essa prática como uma mera cobertura de questões humanitárias. O grupo de Scott acrescenta que o jornalismo humanitário representa a união de boas práticas jornalísticas com os princípios do humanitarismo (Scott, 2017). Em uma definição que dialoga bem com Traquina (2005), especificamente o seu entendimento da função social do jornalista, Scott, Bunce e Wright reforçam ainda que o jornalismo humanitário “desempenha um papel crucial na maneira como cidadãos, trabalhadores humanitários e organizações internacionais em todo o mundo respondem às emergências e ao sofrimento humano” (Scott, Bunce, Wright, 2018).

As pesquisas conduzidas por Scott, Bunce e Wright também questionam a concentração do fluxo de notícias – inclusive daquelas que seguem preceitos do jornalismo humanitário – em organizações baseadas em países do Norte Global. Essa questão pode ser verificada na pesquisa conduzida por Agnez (2017) com os correspondentes estrangeiros, quase todos baseados nessa região. Em outras palavras, as crises que não passam pela agenda do Norte Global igualmente sofrem com a invisibilização.

Essa situação pode ser notada no Oriente Médio que, embora concentre alguns dos mais importantes polos de geração de refugiados e deslocados internos do planeta, ainda tem sua cobertura focada especialmente nos conflitos e na ótica militar, deixando de lado os elementos ligados às crises humanitárias geradas por esses embates.

Scott (2017) defende ainda o jornalismo humanitário como um elemento capaz de ajudar a desconstruir os critérios de noticiabilidade que privilegiam preceitos sectários, bem como para conceder espaço para uma maior pluralidade de vozes.

Embora seja uma prática, e não uma editoria, o jornalismo humanitário torna-se uma abordagem urgente na atualidade (Victor, 2018), no sentido de visibilizar questões que passam despercebidas pelas coberturas midiáticas tradicionais. A aplicação dos preceitos do jornalismo humanitário pelos comunicadores, logo, é de extrema importância. Para Victor (2016), a complexidade da migração forçada e seus desdobramentos exigem mais do que novos conhecimentos e habilidades dos profissionais da imprensa, é necessário não só superar as velhas narrativas, como também:

adotar novas abordagens que, por sua vez, já são um grande desafio para o modelo de jornalismo que ainda se pratica. Mudar as abordagens significa sobrepor a dimensão humana dos fatos ao fato propriamente dito; desafiar o peso do agendamento dos acontecimentos quentes sobre aqueles mais frios, como o cotidiano dos refugiados e daqueles em busca de ajuda; humanizar os dados estatísticos sobre as populações atingidas por guerras e desastres, o que pode ser alcançado com a humanização do jornalismo como um todo, começando pelos próprios personagens das narrativas. Conferir protagonismo aos que estão no centro dessa crise humanitária torna-se um recurso indispensável para a construção de uma opinião pública lúcida, pensante, atuante e sensível ao desenvolvimento da compreensão e da solidariedade em escala planetária. (Victor, 2016, p. 53)

Ainda que o jornalismo humanitário seja um campo de estudo relativamente recente, há elementos para identificá-lo como uma alternativa possível a um jornalismo refém de uma cultura profissional que, ainda que involuntariamente, tem contribuído para relegar o sofrimento de milhões de refugiados e migrantes, como o que vimos no contexto do Oriente Médio. Isso pode ser possível a partir de uma combinação simples das boas práticas jornalísticas com os princípios do humanitarismo, que excede aos conteúdos das notícias e alcança o próprio jornalista e sua consciência acerca dos propósitos do seu trabalho (Scott, 2017).

Uma das práticas possíveis, com base nos princípios do humanitarismo, seria sobrepor a realidade vivida pelos migrantes e refugiados no Oriente Médio aos discursos das lideranças políticas dos países que se sentem ameaçados pela migração naquela região. É necessário potencializar as vozes dos migrantes, refugiados e dos agentes em campo, como os trabalhadores humanitários, mas dificilmente isso pode ser alcançado com uma produção padronizada, como a das agências de notícias. Isso retira a identidade dos personagens das matérias sobre a migração, apagando suas histórias e suas lutas, sobretudo quando são reduzidos a números e estatísticas.

Com os dados da pesquisa quantitativa, observamos a escassez de matérias sobre a essência da migração e seus atores no Oriente Médio e, do outro lado, um grande volume de notícias sobre o assunto, mas não na perspectiva local, reiterando uma representação midiática daquela região como sendo apenas um cenário dos conflitos, ignorando as raízes de suas causas e a luta que existe, além de governos, para garantir a dignidade da pessoa humana dos refugiados e migrantes.

Considerações

A produção deste artigo, no escopo de um projeto de pesquisa sobre migração e jornalismo humanitário e de paz, que inclui investigação e atividades de campo no Oriente Médio, especialmente no Líbano, Turquia, Irã e Iraque, coincidiu com a retirada das tropas dos Estados Unidos do Afeganistão, depois de 20 anos da chamada “Guerra ao Terror”, e seus desdobramentos, como a materialização de uma crise humanitária potencializada por mais um fluxo migratório na região.

A imprensa internacional tem transmitido em tempo real os acontecimentos no Afeganistão, com ênfase nas imagens do choque, representado, entre tantas outras, pelas imagens de milhares de afgãos na pista do aeroporto de Cabul, pendurados nas aeronaves e outros dentro dos aviões cargueiros, retirados pelos Estados Unidos e aliados. Essas imagens tentam traduzir o desespero e a insegurança da população diante do retorno do Talibã ao governo. Uma máxima muito comum na área dos desastres pode ser emprestada para explicar o que tende a acontecer com os afgãos no curto espaço de tempo, do ponto de vista da mídia, não muito diferente do que aconteceu com os refugiados na Turquia e no Líbano, à medida que a guerra na Síria ia se estendendo no tempo. “A tragédia para uma dada comunidade começa, efetivamente, quando a última emissora se retira de cena” (ONU *apud* Victor, 2018).

Bauman, ao falar sobre o destino dos pânicos, que é o de “desaparecer da vista e das consciências, envolto no véu do esquecimento” (2017, p. 8), resgata uma situação dos afgãos durante refúgio na Austrália, em 2002, fato amplamente coberto pela imprensa na época, mas que depois foi perdendo a força, quando a imprensa deixou de falar a respeito.

A análise quantitativa das reportagens sobre a migração forçada no Oriente Médio, como vimos, revelou a escassez de matérias sobre o assunto. Foram excluídas da análise matérias que apenas mencionavam o tema da migração no Oriente Médio e nos dois países em questão, sobretudo aquelas que traziam pronunciamentos e medidas adotadas por líderes europeus. O propósito foi identificar em que medida o jornalismo esteve efetivamente em campo para ouvir e amplificar as vozes dos refugiados e migrantes, reforçando com isso um papel social atribuído a ele, o de ser guardião dos direitos humanos.

A sobreposição do número de matérias que apenas citaram o assunto, muitas delas com foco nos impactos da migração nos países europeus, ao de reportagens sobre a realidade da migração forçada no Oriente Médio, pode ser interpretada como um dos desafios para romper com os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade. Esses critérios enfraquecem os acontecimentos diferidos no tempo, muitas vezes transformados em normalidade, como a situação de milhares de refugiados no Líbano e na Turquia. Segundo Victor (2018), no jornalismo, “algo que acontece com muita frequência pode cair na banalidade. À medida que o sofrimento humano se prolonga, ele passa a ser tratado midiaticamente como algo normal, naturalmente aceitável” (2018, p. 105).

Ainda que haja resistência de teóricos e jornalistas à ideia da existência de uma cultura profissional que tem interferido na forma como os acontecimentos do mundo são apreciados e noticiados, o reconhecimento da presença dela no cotidiano das redações pode ser um marco importante para a introdução de uma outra cultura, aquela que ampara o jornalismo humanitário, como defendemos neste artigo.

Embora enxutas e dependentes das agências de notícias, com os impactos previsíveis, como observados há 41 anos no Relatório MacBride, considerando alguns avanços da sociedade em rede, como a presença plural de outras mídias, as redações jornalísticas podem experimentar os caminhos sugeridos pelo jornalismo humanitário. Esses caminhos seriam capazes de inibir a invisibilidade, a opacidade e o esquecimento do sofrimento de milhões de migrantes e refugiados no Oriente Médio.

Ainda que o jornalismo humanitário não se resuma à cobertura de crises ou emergências humanitárias, ele é capaz de acompanhar o ciclo de vida dessas ocorrências, isso porque sua essência está na ética humanitária que deve nortear o trabalho do profissional de imprensa. E a questão-chave vai muito além de apenas cobrir a migração, mas sim como cobrir para impedir que o sofrimento humano seja perpetuado.

A padronização da cobertura das agências de notícias, neste caso específico, tende a reforçar uma representação viciada do Oriente Médio, ampliando socialmente o problema e, portanto, afastando o jornalismo do seu compromisso com a ética humanitária.

Referências bibliográficas

- AGNEZ, Luciane Fassarella. *Correspondente internacional: uma carreira em transição*. Curitiba: Appris Editora, 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BEUZE, Jean-Nicolas. *Report launch: MENA 2021 - A decade of displacement in the Middle East and North Africa*. 15.02.2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ly3bOjserml>>.
- CARE [Cooperative for American Remittances to Europe]. *Suffering in silence: the 10 mostunderreportedhumanitarian crises of 2019*. CARE, 2020. Disponível em: <https://www.care-international.org/files/files/01202020_Report_Suffering%20In%20Silence%202019_web%20version.pdf>.
- HORWOOD, Chris; FROUWS, Bram; FORIN, Roberto (eds.). *Mixed Migration Review 2020. Highlights. Interviews. Essays. Data*. Geneva: Mixed Migration Centre, 2021. Disponível em: <<https://mixedmigration.org/resource/mixed-migration-review-2020/>>.
- IDMC – Internal Displacement Monitoring Centre. *A decade of displacement in the Middle East and North Africa*. Switzerland, Geneva: IDMC, 2021. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/IDMC_MenaReport_final.pdf>.
- IOM – International Organization for Migration. *World Migration Report 2020*. Switzerland, Geneva: IOM, 2020. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf>.
- MATTELART, Armand. *Comunicação-mundo. História das ideias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes, 2001.

- MORIN, Edgar. *Rumo ao abismo? Ensaio sobre o destino da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- SANDERSON, Sertan. Number of migrant arrivals from Turkey declining sharply. *InfoMigrants*, 10.08.2020. Disponível em: <<https://www.infomigrants.net/en/post/26548/number-of-migrant-arrivals-from-turkey-declining-sharply>>.
- SCOTT, Martin. What makes news humanitarian? The dilemmas of reporting on suffering. *Public Media Alliance*, Maio de 2017. Disponível em: <<https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>>.
- SCOTT, Martin; BUNCE, Mel; WRIGHT, Kate. *The State of Humanitarian Journalism*. Norwich, England: University of East Anglia, 2018. Disponível em: <http://humanitarian-journalism.net/wpcontent/uploads/2018/10/7_Humanitarian-News-Report.pdf>.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Porque as notícias são como elas são. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa e transacional. Florianópolis: Insular, 2008.
- UNDESA - United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *International Migration 2020 Highlights* (ST/ESA/SER.A/452). UNDESA, 2020a. Disponível em: <<http://www.unpopulation.org>>.
- UNDESA - United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *International Migrant Stock 2020*. UNDESA, 2020b. Disponível em: <<https://un.org/development/desa/pd/content/internationalmigrant-stock>>.
- UNESCO. *Many Voices One World*: towards a new, more just and more efficient world information and communication order (The McBride Report). New York, 1980. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000040066>>.
- UNHCR [ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados]. *Global Trends*. Forced Displacement in 2020. UNHCR, 2021. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/flagship-reports/globaltrends/>>.
- UNHCR [ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados]. Beirut blast death toll includes dozens of refugees, emergency response ramps up. *UNHCR News*, 11.09.2020. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/news/briefing/2020/8/5f32469f4/beirut-blast-death-toll-includes-dozens-refugees-emergency-response-ramps.html>>.
- VICTOR, Cilene. Opacidade do sofrimento humano decorrente de desastre sob a perspectiva do jornalismo humanitário. *Folios*, Facultad de Comunicaciones, Universidad de Antioquia, n. 40, julio-diciembre 2018.
- VICTOR, Cilene. Crise humanitária e os refugiados da guerra e do clima: dos protocolos internacionais às narrativas jornalísticas. *Líbero* (FACASPER), v. 19, n. 37, p. 45-62, 2016.
- VICTOR, Cilene; SANCHES, Lilian R. Crise humanitária e os deslocamentos internos por conflitos e desastres sob as lentes do jornalismo humanitário e de paz. *Prometeus, Filosofia em revista*, n. 34, p. 12, 2020.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. *Revista de Comunicação e Linguagens - Comunicação e Política*, n. 27, p. 33-61, 2020.